



NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO DE 2025.

UNIDADE GESTORA: PODER EXECUTIVO

Nota 1 – Contexto Operacional: o Poder Executivo do Município de Condor estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica de Secretarias Municipais e Fundos Especiais, não possuindo Autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2025, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 11.466.327,84. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 165,82%, e a variação observada decorre de revisão no entendimento quanto à classificação contábil dos recursos dos RPPS destinados à cobertura de despesas imediatas, os quais anteriormente estavam registrados na conta de Investimentos – Aplicações Temporárias a Curto Prazo e passaram a ser classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa, em razão de sua elevada liquidez e utilização para pagamentos de forma imediata.

Nota 4 – Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por créditos tributários, dívida ativa de curto prazo, transferências voluntárias do Estado, empréstimos e financiamentos concedidos e demais créditos. Os valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no ativo circulante e representam 5,66% do total de créditos. O restante, correspondente a 94,34% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especificamente em relação à **dívida ativa**, os valores a curto prazo, foram estimados pela arrecadação anual e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Nota 5 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo: os saldos apresentados no corpo da demonstração se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas, bem como as aplicações das disponibilidades do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Nota 6 – Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2025, o Estoque apresentou um saldo final de R\$ 282.484,59, sofrendo um acréscimo de 90,67% em relação ao ano de 2024.



Nota 7 – VPD Pagas Antecipadamente: os saldos apresentados são relativos aos pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. Em 2025 essa rubrica não apresentou saldo.

Nota 8 – Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Não Circulante e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. Os valores classificados nesse título apresentaram uma variação positiva da ordem de R\$ 52.768,60, decorrente, em grande parte, da avaliação das **participações em Consórcios Públicos**.

Nota 9 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos (já descontada a depreciação e ajuste a valor recuperável) constantes no levantamento geral realizado pelo setor de controle patrimonial. A tabela a seguir demonstra a composição dos bens móveis:

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.1.1.01 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	5.863.908,04
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMÁTICA	672.368,22
1.2.3.1.1.03 - MOVEIS E UTENSÍLIOS	1.942.938,83
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	329.967,81
1.2.3.1.1.05 - VEICULOS	9.598.159,65
1.2.3.1.1.06 - PECAS E CONJUNTOS DE REPOSICAO	0,00
1.2.3.1.1.07 - BENS MOVEIS EM ANDAMENTO	0,00
1.2.3.1.1.08 - BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	1.380,00
1.2.3.1.1.09 - ARMAMENTOS	0,00
1.2.3.1.1.10 - SEMOVENTES	1.380,00
1.2.3.1.1.99 - DEMAIS BENS MOVEIS	18.211,60
1.2.3.8.1.01 - (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS	6.740.704,49
1.2.3.9.1.01 - (-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS	0,00
Total de Bens Móveis	11.686.229,66

Nota 10 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço, em observância às normas vigentes, deu-se início aos procedimentos de inventário, avaliação / reavaliação, depreciação e quando cabível, a amortização ou exaustão dos bens imóveis.

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.2.1.01 - BENS DE USO ESPECIAL	5.802.154,43
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	4.672.802,85
1.2.3.2.1.05 - BENS DE USO COMUM DO POVO	201.623,96
1.2.3.2.1.06 - BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	0,00
1.2.3.2.1.99 - DEMAIS BENS IMOVEIS	23.500,00
1.2.3.8.1.02 - (-) DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	1.365.371,75
1.2.3.8.1.04 - (-) EXAUSTÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	0,00
1.2.3.8.1.06 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS	0,00
1.2.3.9.1.02 - (-) REDUÇÃO AO VLR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZ. - BENS IMÓVEIS	0,00
Total de Bens Imóveis	9.334.709,49



Nota 11 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. Não possuindo obrigações no longo prazo.

Nota 12 - Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: os saldos são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2025, e compreendem as obrigações financeiras internas do Município a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo (12 meses) e longo prazo. Somando-se os valores registrados e curto e a longo prazo, verifica-se que os Empréstimos e Financiamentos totalizaram, no final do exercício, um montante de R\$ 12.011.353,69 em relação ao ano anterior os saldos eram de R\$ 12.978.897,97, representando um decréscimo de 7,45%.

Nota 13 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e a Longo Prazo: os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Compreendem também obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive, os precatórios decorrentes dessas obrigações, e os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e também aqueles que, embora não empenhados, foram reconhecidos pelo regime de competência. Em síntese, verifica-se que os valores registrados a curto prazo totalizaram R\$ 2.329.309,57, representando um acréscimo de 27,42% em relação ao ano anterior. Já o longo prazo não representou valores no exercício nem em exercício anterior.

Nota 14 – Obrigações Fiscais a Curto e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações dos órgãos e entidades da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e a Municípios, no qual o Município não apresentou valores no exercício de 2025.

Nota 15 – Provisões a Curto e a Longo Prazo: segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

Nota 16 - Demais Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: o grupo Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um acréscimo de 86,68% em relação ao exercício anterior e representou, no final do exercício de 2025, 9,51% do passivo circulante, e seus valores representam principalmente valores restituíveis. No longo prazo, houve uma diminuição de 19,84% em relação ao exercício anterior.

Nota 17 – Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, os componentes da dívida flutuante são aqueles compromissos contraídos por período limitado de tempo (curto prazo), quer na sua condição de valores de terceiros, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária, bem como os valores dos restos a pagar. Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de Dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Instrução Normativa nº 12/2025, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, tem-se, como regra, a necessidade de recursos



financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação.

Nota 18 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social e Resultados Acumulados. Em 31/12/2025 o patrimônio líquido apresentou saldo negativo de R\$ 33.035.256,28, comparado com o saldo negativo de R\$ 36.819.927,96 no exercício anterior. No exercício de 2025, o saldo apresentou redução do déficit acumulado, passando de R\$ 44.463.662,34 negativos para 40.682.365,66 negativos, indicando redução do déficit acumulado em R\$ 3.781.296,68 no período. O patrimônio líquido negativo decorre principalmente do reconhecimento de provisões e obrigações de longo prazo, destacando-se as provisões a longo prazo em R\$ 121.370.815,87, na qual a administração acompanha a evolução dessas obrigações e adota medidas para o equilíbrio financeiro e patrimonial.

RÔMULO TEIXEIRA CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

EDUARDO CHAGAS
SECRETÁRIO DA FAZENDA

JULIANO FEHLBERG
CONTADOR CRC/RS 069.097